

Essa integração não é apenas institucional. Ela reflete uma escolha de sociedade: a de construir um sistema baseado na



solidariedade, na redução das desigualdades e na garantia de direitos.

Ao longo das últimas décadas, esse modelo passou por um processo contínuo de aperfeiçoamento. Reformas realizadas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 reforçaram o caráter contributivo do sistema e ajustaram regras de elegibilidade, preparando o terreno para uma nova fase de expansão e consolidação.

A partir de meados dos anos 2000, a agenda previdenciária brasileira passou a se organizar em torno de três grandes eixos: ampliação da cobertura, sustentabilidade financeira e adaptação às mudanças demográficas e do mercado de trabalho.

Entre 2006 e 2014, o país avançou de forma significativa na inclusão previdenciária, com a criação e o fortalecimento de instrumentos voltados a trabalhadores de baixa renda e ocupações informais.

Iniciativas como o Plano Simplificado de Previdência Social, o Microempreendedor Individual e o segurado facultativo de baixa renda permitiram ampliar a base contributiva e incorporar milhões de trabalhadores ao sistema.

Esse movimento foi acompanhado por políticas de educação previdenciária e pela ampliação de direitos, como no caso das trabalhadoras domésticas, contribuindo para um avanço consistente da cobertura.

Hoje, o sistema previdenciário brasileiro alcança uma escala expressiva.



São mais de 41 milhões de benefícios pagos mensalmente, garantindo renda e proteção a milhões de famílias em todos os municípios do país.

Contamos também com uma base superior a 76 milhões de contribuintes, o que evidencia a dimensão e a capilaridade do sistema.

E alcançamos uma cobertura previdenciária próxima de 70% da população ocupada, após um ciclo de expansão, reversão e estabilização ao longo das últimas duas décadas.

Esses números refletem a dimensão do sistema, mas, sobretudo, sua função social.

A Previdência Social brasileira desempenha um papel central na redução da pobreza, na promoção da estabilidade econômica e na dinamização das economias locais.

Em 2025, foram injetados quase R\$ 1 trilhão na economia por meio do pagamento de benefícios, contribuindo diretamente para a manutenção da renda, especialmente em municípios de menor porte.

Mas, ao mesmo tempo em que celebramos esses avanços, temos plena consciência dos desafios que se colocam.

A partir da segunda metade da década de 2010, o Brasil passou a enfrentar pressões mais intensas decorrentes do envelhecimento populacional, da desaceleração econômica e do crescimento das despesas previdenciárias.



Nesse contexto, o país realizou, em 2019, uma reforma previdenciária, em resposta às pressões demográficas e fiscais daquele período. Desde então, o debate tem evoluído no sentido de buscar maior equilíbrio entre sustentabilidade e proteção social, com foco na inclusão e na justiça social.

Ainda assim, os desafios permanecem. O envelhecimento populacional continua avançando rapidamente. A base contributiva enfrenta instabilidades associadas à informalidade e às novas formas de trabalho.

Diante desse cenário, a agenda previdenciária brasileira tem se estruturado em torno de três eixos principais: ampliação da cobertura, sustentabilidade e modernização.

No campo da inclusão, seguimos desenvolvendo instrumentos para alcançar trabalhadores em novas formas de ocupação.

No campo da sustentabilidade, mantemos o compromisso com o equilíbrio entre responsabilidade fiscal e proteção social.

E, mais recentemente, temos avançado de forma consistente na modernização da Previdência Social.

A transformação digital tem sido um dos principais vetores dessa mudança.

A ampliação dos serviços digitais, a automação de processos e o uso intensivo de dados têm permitido reduzir o tempo de análise de benefícios, ampliar o acesso e melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.



Essa modernização não é apenas tecnológica. Ela representa uma mudança na forma de prestação de serviços públicos — mais ágil, mais acessível e mais centrada no cidadão.

Além do Regime Geral, o Brasil conta com regimes próprios de previdência social nos entes federativos, que reúnem mais de 2 mil regimes ativos, abrangendo cerca de 5 milhões de servidores e mais de 4 milhões de beneficiários, com pagamentos anuais da ordem de R\$ 377 bilhões.

Esses regimes têm avançado em governança, transparência e sustentabilidade, com instrumentos como o Certificado de Regularidade Previdenciária e programas de profissionalização da gestão.

O sistema brasileiro também se estrutura em torno de um terceiro pilar, a previdência complementar, que já administra cerca de R\$ 1,4 trilhão em ativos e desempenha papel fundamental na formação de poupança de longo prazo.

Senhoras e senhores,

A experiência brasileira demonstra que a construção de sistemas de proteção social é um processo contínuo, que exige adaptação permanente às transformações econômicas e sociais.

Não há solução única. Mas há princípios que se mostram fundamentais. A centralidade do cidadão. A busca permanente pela inclusão. O compromisso com a sustentabilidade. E a capacidade de inovar diante de um contexto em constante transformação.



É nesse ponto que a cooperação internacional ganha ainda mais relevância.

Os desafios que enfrentamos — envelhecimento, informalidade, transformação digital — são compartilhados por muitos países das Américas.

E é justamente por isso que espaços como este Fórum são tão importantes.

Aqui, temos a oportunidade de aprender uns com os outros, compartilhar experiências e construir soluções mais eficazes.

O Brasil reafirma seu compromisso com essa agenda.

Seguiremos atuando de forma ativa nos organismos internacionais, fortalecendo parcerias e ampliando a cooperação técnica, com o objetivo de expandir a proteção social e garantir direitos a todos os trabalhadores, inclusive aqueles que transitam entre diferentes países.

Finalizo destacando que a seguridade social é, acima de tudo, um instrumento de coesão social.

Ela protege indivíduos, mas também fortalece sociedades. Ela reduz desigualdades, mas também promove desenvolvimento.

E ela exige, permanentemente, compromisso político, capacidade técnica e visão de futuro.

Que este Fórum seja um espaço produtivo de diálogo e construção conjunta.



E como afirmou o Presidente Lula, o compromisso do nosso país é não deixar ninguém para trás. É com essa visão que seguimos trabalhando para construir sistemas de proteção social mais inclusivos, sustentáveis e preparados para o futuro.

Muito obrigado.

